



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos, raça/etnia, sexualidades

Sub-eixo: Relações étnico-raciais, povos indígenas, negros/as, quilombolas, ribeirinhos e desigualdades

“NUNCA IMAGINEI TER UMA REPRESENTATIVIDADE NA MINHA PROFISSÃO”

Provocações para avançar na discussão da questão indígena e descolonizar o Serviço Social.

BIANCA JULIANA PIAZZETTA VEIGA ¹
VERÔNICA ALINE MATOS SANTOS ¹

RESUMO: O presente trabalho busca trazer elementos para pensar a discussão da questão indígena no Serviço Social. A partir da análise das atividades realizadas em alusão ao Dia do/a Assistente Social, do ano de 2021, que teve como tema “Há mais de 500 anos, sempre na linha de frente: Trabalho pela vida e resistência dos povos originários e comunidades tradicionais”, a pesquisa nos apontou a necessidade de assistentes sociais e estudantes indígenas ocuparem espaços de fala, de trabalho e de produção do conhecimento no Serviço Social para descolonizar e qualificar o debate e a intervenção profissional.

PALAVRAS CHAVE: Serviço Social, questão indígena, colonialidade do poder, protagonismo indígena.

RESUMEN: El presente trabajo busca traer elementos para contribuir a la discusión sobre la cuestión indígena en el ámbito del Trabajo Social. A partir del análisis de las actividades realizadas en alusión al Día de el/la Asistente

¹ Estudante de Pós-Graduação. Programa De Mudança Social E Participação Política Da Universidade De São Paulo

Social en 2021, que tuvo como tema “Más de 500 años en la línea de frente: Trabajo por la vida y la resistencia de los pueblos originarios y comunidades tradicionales”, esta investigación apuntó la necesidad de ocupación de espacios de enunciación, de trabajo y de producción de conocimiento en Trabajo Social por parte de asistentes sociales y estudiantes indígenas, para descolonizar y cualificar el debate y la intervención profesional.
PALABRAS CLAVES: Trabajo Social, cuestión indígena, colonialidad del poder, protagonismo indígena.

I INTRODUÇÃO

A forma como a questão social atravessa os povos indígenas demorou a ser apropriada pelo Serviço Social e, ainda hoje, o é de modo bastante incipiente. A questão indígena, que é parte da conformação do sistema capitalista mundial e da questão social nas Américas, em particular, permanece muito marginal no debate acadêmico e na formação de assistentes sociais. Vácuo que não é exclusivo da profissão e reproduz, na verdade, um silenciamento da participação dos povos originários na história oficial do país e nos espaços hegemônicos de poder, na atualidade, expressões essas da colonialidade do poder.

O objetivo desse manuscrito, portanto, é trazer elementos para pensar a discussão da questão indígena no Serviço Social tendo como base de análise as atividades organizadas pelos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) em comemoração ao Dia do/a Assistente Social, no ano de 2021, que contou como tema norteador: “Há mais de 500 anos, sempre na linha de frente: Trabalho pela vida e resistência dos povos originários e comunidades tradicionais”.

Esse trabalho se deteve na análise de 5 atividades realizadas por CRESS de estados distintos, mas que tiveram no cerne da discussão o tema proposto pela Campanha e que contaram, ao menos, com um/a palestrante indígena. No total, as atividades escolhidas reuniram 23 palestrantes, indígenas e não indígenas, falando de lugares distintos (docentes, trabalhadores/as, representantes de movimentos sociais e de outras comunidades tradicionais).

Nosso prisma teórico é o pensamento crítico latino americano, sobretudo sob a perspectiva da colonialidade do poder, pois acreditamos ser necessário trazer para a reflexão a transversalidade do ranço colonial na história do país e na cotidianidade profissional, através da classificação social fundada sobre a ideia de “raça” que estrutura — para além da classe — as relações de produção e a sociabilidade na atualidade.

A partir das falas dos/as participantes que expressaram suas experiências e conhecimentos como indígenas, trabalhadores/as com povos originários ou pesquisadores/as da questão indígena foi possível observar a necessidade de apropriação desses espaços — por assistente sociais e estudantes indígenas — a fim de aprimorar a produção de conhecimentos e o fazer profissional, aproximando a intervenção do Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Mais do que respostas, portanto, o artigo se propõe a fazer uma série de provocações para instigar o olhar crítico sobre a apropriação da questão indígena pelo Serviço Social.

II COLONIALIDADE DO PODER, EUGENIA E SERVIÇO SOCIAL

Para iniciar esse debate, gostaríamos de trazer brevemente algumas ideias-chaves para identificar as expressões da colonialidade do poder na nossa sociedade e dentro da profissão.

A colonialidade do poder é o padrão de poder que hierarquiza e ordena a heterogeneidade dos modos de dominação racial do trabalho e as relações sociais a partir do colonialismo e da sua racionalidade específica — a eurocêntrica. (GONÇALVES, 2019; QUIJANO, 2005). Ergueu-se sobre a ideia de “raça”, uma categoria mental utilizada para a classificação social e hierarquização entre uns que se pressupõem os únicos dotados de razão e civilidade e “outros” naturalmente inferiores por uma suposta diferença biológica.

A racialização dos povos, segundo a teoria decolonial, foi iniciada com a conquista das Américas e a desumanização das populações nativas e justificou a

dominação necessária sobre o colonizado para a imposição do sistema colonial de exploração do trabalho e dos recursos naturais. Apesar de ter sido gestada no colonialismo das Américas, logo se tornou um padrão de organização da exploração do trabalho e dos seus produtos em nível global, na conformação do sistema capitalista e do mercado mundial, configurando uma nova geografia social do poder (QUIJANO, 2005).

“Raça”, portanto, é a maneira e o resultado da dominação colonial moderna sobre os povos não europeus (QUIJANO, 2017). Código de distinção entre domináveis e dominadores, exploráveis e exploradores, colonizados e colonizadores.

A eficácia de “raça” como instrumento de dominação social está na sua fundamentação como fenômeno biológico e natural na história das espécies, ou seja, sem a possibilidade de interferência da vontade humana na mudança das relações de desigualdade e poder.

Esse novo padrão de poder mundial sustentado na classificação global de povos e territórios com base na hierarquização das raças conformou também novas identidades históricas para as quais se definiu o lugar na divisão social do trabalho e o papel na sociedade. Para índios, mestiços e negros, raças consideradas próximas ao “estado de natureza” era destinado o trabalho gratuito da servidão e da escravidão, enquanto que o trabalho assalariado, o acesso aos recursos e produtos do trabalho reservados àqueles considerados os únicos dotados “racionalidade”, o europeu, que por antagonismo se definiu “branco”. Dessa forma, o grau de superioridade foi relacionado ao grau de humanidade atribuído às novas identidades (MALDONATO-TORRES, 2007).

Essa distribuição racista de novas identidades sociais foi combinada, tal como havia sido tão exitosamente logrado na América, com uma distribuição racista do trabalho e das formas de exploração do capitalismo colonial. Isso se expressou, sobretudo, numa quase exclusiva associação da branquitude social com o salário e logicamente com os postos de mando da administração colonial (QUIJANO, 2005, p. 119) .

A racionalidade eurocentrada situou a Europa como centro de produção de conhecimento redefinindo também a história mundial dos povos em uma perspectiva linear de tempo, na qual a Europa, seus valores e cultura são considerados o ápice do progresso humano (modernos), enquanto que a história e a cultura dos demais

povos foram consideradas pré-europeias, em vias de desenvolvimento, portanto, primitivas e fadadas ao desaparecimento. Dessa forma, a história anterior à dominação foi apagada, toda a produção material e simbólica dos povos colonizados reprimida e suas epistemologias invalidadas.

Em primeiro lugar, expropriaram as populações colonizadas – entre seus descobrimentos culturais – aqueles que resultavam mais aptos para o desenvolvimento do capitalismo e em benefício do centro europeu. Em segundo lugar, reprimiram tanto como puderam, ou seja, em variáveis medidas de acordo com os casos, as formas de produção de conhecimento dos colonizados, seus padrões de produção de sentidos, seu universo simbólico, seus padrões de expressão e de objetivação da subjetividade (QUIJANO, 2005, p. 121).

A reordenação da história mundial em uma linha evolucionista redefiniu de modo dualista toda a relação que envolve colonizados e colonizadores inserindo-a em novas categorias: primitivo-civilizado, mau-bom, irracional-racional. (QUIJANO, 2005). E impôs uma nova subjetividade com base na concepção de mundo, conhecimentos e valores europeus.

Todo esse acidentado processo implicou no longo prazo uma colonização das perspectivas cognitivas, dos modos de produzir ou outorgar sentido aos resultados da experiência material ou intersubjetiva, do imaginário, do universo de relações intersubjetivas do mundo; em suma, da cultura (QUIJANO, 2005, p. 121).

A modernidade, associada hegemonicamente ao Renascimento e ao Iluminismo como símbolos do apogeu do desenvolvimento humano, só foi possível devido à existência do colonialismo e da conformação da colonialidade, pois é sobre a desumanização de povos e territórios mais além das fronteiras dos dominadores — do ocidente — que a as concepções de progresso, contrato social, Estado-nação têm sentido. É sobre a exploração do trabalho dos povos subjugados que a riqueza necessária ao desenvolvimento do sistema produtor de mercadorias se ergueu e possibilitou o trabalho assalariado do operário europeu.

A classificação social com base nas “raças” vai encontrar fundamentação científica ao longo da história moderna e do “desenvolvimento” da ciência no século XIX. Nesse caminho de legitimação científica da inferioridade do “outro” e da hierarquização evolucionista das “raças” podemos citar a produção e organização das taxonomias com base na categoria biológica da “raça” e a obra de Gobineau, *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas*, que propunha que a mistura entre as raças causaria a degeneração e involução da humanidade (MADONATO-

TORRES, 2007; GONÇALVES, 2019).

O desenvolvimento do racismo científico fez nascer também a eugenia, um movimento social em escala global, que teve como missão o aperfeiçoamento da humanidade e a homogeneização da população em um padrão considerado dominante de beleza, pureza e superioridade. Sua ideia esteve diretamente ligada à constituição dos Estados-nação e de uma identidade nacional (COSTA, 2021). A conformação científica do racismo através da eugenia “envolveu médicos, geneticistas, juristas, sociólogos, antropólogos, cientistas, higienistas mentais” que se empenharam na construção e mobilização de uma gama de preceitos e metodologias para a justificação e legitimação da hierarquização das “raças”.

Na América Latina, a intervenção eugenista do Estado teve como foco as políticas de controle da reprodução humana e o combate às práticas considerada “degenerantes” da raça.

No Brasil, o enfrentamento do consumo de álcool e tabaco, doenças como a sífilis etc. tornou-se regra. Afinal, regenerar os degenerados para formar uma nação era possível. Diante disso, a eugenia na América Latina se concentrou em ações sociais, morais e médica: preocupação com saneamento, higiene mental, higiene das células, higiene social (COSTA, 2021, p.54).

Essas ações tiveram forte incentivo no governo Vargas como estratégia de lidar com as expressões da questão social que se agudizavam por conta do processo de industrialização e de crescimento da população urbana.

Como a industrialização deveria vir acompanhada das demais ideias associadas à modernidade e ao progresso do país, o governo investiu também em ações de embraquecimento da classe trabalhadora - como o incentivo à imigração europeia para o serviço na indústria – e na adoção de medidas de caráter moral que tinham por finalidade disciplinar os trabalhadores e evitar conflitos com os empregadores, bem como a repreensão das práticas e costumes que maculavam o caminho para o progresso.

Na base das políticas de educação e regramento dos trabalhadores e suas famílias, o Serviço Social nasce como um braço do Estado que adentra na vida doméstica para intervir nos “desajustamentos sociais” e nos comportamentos considerados “degenerantes”. Dessa forma, “o Serviço Social segue uma linha de atuação com fortes traços moralistas e idealistas, onde procurava-se uma

restauração moral da sociedade, focalizando a sua ação às famílias tanto no espaço privado, quanto no espaço do trabalho” (SCHEFFER, ZACARIAS, MIZOGUCHI, 2019, p. 6). Profundamente marcada pela doutrina católica e pelo movimento eugênico da época, a compreensão, pelo Serviço Social, da questão social como problema moral e religioso implicava a naturalização das desigualdades sociais e culpabilização dos sujeitos racializados pela sua condição de subalternidade (EURICO, 2013).

Apesar da desconstrução do pensamento eugênico após a Segunda Guerra Mundial, suas bases se movem sorrateiramente na malha da sociabilidade capitalista através da colonialidade do poder, pois essa não finda com declínio do sistema político e econômico do colonialismo, nem com a desmistificação do racismo científico, pois sua lógica, centrada na classificação social de povos e territórios, permanece útil para a reprodução da exploração do trabalho, seus recursos e seus produtos no padrão de poder atual sob o capitalismo. Portanto, a colonialidade, que emergiu como padrão de poder no colonialismo, “não está limitada a uma relação formal de poder entre dois povos ou nações, mas se refere à forma como o trabalho, o conhecimento, a autoridade e as relações intersubjetivas se articulam entre si através do mercado capitalista mundial e da ideia de raça” (MADONATO-TORRES, 2007, p. 131, *tradução livre*).

Na história das Américas, no geral, e do Brasil, no particular, se manteve muito forte a inferiorização e desumanização dos povos negros e originários que se explicitam atualmente no genocídio dos corpos negros e indígenas, na criminalização das suas práticas religiosas e culturais, na expropriação dos seus territórios, na superexploração da força de trabalho, no acesso desigual à riqueza socialmente produzida, na restrição do acesso à cidadania, mesmo sob o regime político republicano.

No caso dos povos indígenas, a história é atravessada, até bem recentemente, pela institucionalização da tutela pelo Estado, uma vez que os povos originários eram considerados incapazes de discernimento, autogestão e autonomia. Atributos esses associados pela modernidade aos sujeitos “racionalis” para os quais são reservados o acesso a direitos e o exercício da cidadania.

O Regime Tutelar adotado durante o século XX permitia o desenvolvimento da política de Estado de avanço das fronteiras econômicas sobre os territórios considerados não “desenvolvidos”, ou seja, pouco explorados pelo mercado. A expansão do “processo civilizatório” contemplava a invasão e incentivo da colonização das terras tradicionalmente ocupadas e a integração do indígena ao mercado de trabalho e à sociedade nacional (GONÇALVES, 2019). Essa “assimilação” se dava, não só pela alteração dos modos próprios de organização e produção, mas pela repressão da cultura e imposição dos valores e práticas ocidentais como símbolo do “desenvolvimento” e incorporação à nação.

Levada a cabo através da criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) em 1910, o órgão indigenista era responsável pela administração dos “interesses indígenas”, tinha por missão a atração e “pacificação” dos povos originários nas áreas de colonização e avanço do capital e era guiado pela lógica de que o desaparecimento do indígena através da incorporação na “massa branca” era inevitável (GONÇALVES, 2019; GARFIELD; COLLEGE, 2000).

Diante da repercussão internacional de denúncias de extermínio e exploração do trabalho escravo de indígenas, o SPI é substituído, em 1967, pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI). “Mais burocratizada e assimilacionista do que o SPI, o novo órgão buscou acelerar ainda mais os processos de tomada e exploração das terras tradicionais indígenas” com foco claro na adaptação da “política indigenista ao projeto desenvolvimentista do governo militar” (GONÇALVES, 2019, p. 57).

A promulgação da Constituição Nacional, em 1988, rompe, ao menos legalmente, com a tutela do Estado através do reconhecimento jurídico da capacidade civil dos povos originários, da garantia do direito à especificidade cultural e das terras tradicionalmente ocupadas. Em 2002, após muitos impasses políticos, o Brasil se torna signatário da Convenção nº 169, da Organização Internacional do Trabalho, assinada em 1989. Essa também reconhece o direito dos povos originários à terra, à manutenção da sua cultura e dos sistemas próprios de conhecimento e prevê a sua participação nas tomadas de decisões que impactam suas comunidades (CARDOSO, 2015; GONÇALVES, 2019).

Avanços legais que não foram fruto da benevolência do Estado, mas da formação política e organização dos próprios indígenas que engrossaram, sobretudo, os movimentos sociais pela redemocratização (CARDOSO, 2015).

Apesar dessas importantes conquistas, a relação do Estado brasileiro com povos originários permanece atravessada uma perspectiva evolucionista de classificação social, integracionista e de reprodução da colonialidade do poder (GONÇALVES, 2019).

Essa construção histórica de subjugação e invisibilidade dos povos originários é latente na forma como as políticas sociais são pensadas e operacionalizadas, como a história oficial é transmitida na educação escolarizada e na impermeabilidade dos espaços de poder e participação à presença e voz indígenas.

A ausência desse debate na profissão também é fruto da reprodução da colonialidade do poder que relega a relevância de incluir a “questão indígena” no aprofundamento teórico do Serviço Social, na intervenção profissional com qualidade nas políticas sociais e de permitir a porosidade à presença e produção indígena no referencial teórico. Essa omissão que não é privilégio do Serviço Social, nem apenas em relação aos povos originários, reflete a própria estrutura da sociedade capitalista/moderno/colonial na negação do debate étnico-racial e de manutenção, no Brasil, do discurso da “democracia-racial”. Tendo o Serviço Social nascido no âmago do conservadorismo e das estratégias burguesas de manutenção da ordem e do padrão de poder, esse debate não encontrou conjuntura favorável para ser incorporado pela profissão até a década de 1980 e ainda hoje o é de forma bastante aquém do que as relações sociais e raciais no país exigem no trato da questão social (EURICO, 2013).

Ainda que o Projeto Ético-Político do Serviço Social seja pautado no “reconhecimento da liberdade como valor central o que significa o compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais na perspectiva de construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero” (NETTO, 1999, p. 16), a colonialidade do poder se expressa na categoria profissional, por vezes de forma explícita e desinibida através

do racismo, outras vezes de forma “ingênua” pela reprodução incontestável e acrítica dos processos que conformam as relações sociais e raciais na sociedade capitalista/moderno/colonial (EURICO, 2013; COSTA, 2021). Dessa forma, a incipiente problematização sobre o racismo no debate profissional e, sobretudo contra a população indígena, faz com que até aqueles profissionais, por vezes, comprometidos com a perspectiva crítica de atuação resvalam para a reprodução da colonialidade nos seus discursos e na relação com a população usuária, como veremos a seguir.

III PROVOCAÇÕES NECESSÁRIAS AO SERVIÇO SOCIAL

Embora a exploração dos povos originários esteja, historicamente, na base da conformação da questão social no Brasil, foram o embrutecimento da violência e a omissão do Estado contra essas populações no atual governo, principalmente, em contexto de pandemia mundial, associados ao aumento de estudantes e profissionais indígenas no Serviço Social, que provocaram a profissão a aprofundar as discussões da questão indígena e do trabalho profissional com os povos originários. Fruto desse movimento, a Campanha em comemoração do Dia do/a Assistente Social, organizada pelo Conjunto formado pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), adotou como tema o trabalho profissional com povos e comunidades tradicionais e originárias.

A proposta das Campanhas em alusão ao Dia do/a Assistente Social é dar visibilidade ao trabalho profissional à sociedade e suscitar discussões em todo o Brasil, dentro da categoria profissional, sobre determinado assunto. A temática, por sua vez, é definida durante o Encontro Nacional CFESS-CRESS que reúne assistentes sociais representantes de todas as regiões do país, no qual são discutidas as principais questões colocadas à profissão e que necessitam de

aprofundamento no debate, ações concretas para enfrentamento e respostas por parte das entidades representativas do Serviço Social (CFESS, 2022).

A partir da escolha do tema, o CFESS produz material de divulgação para ser usado pelos CRESS e, em maio, quando se comemora, no dia 15, o dia do/a assistente social, tanto o CFESS, quanto os CRESS promovem atividades para debater e publicizar o tema escolhido.

Dessa forma, em 2021, o tema proposto foi: “Há mais de 500 anos, sempre na linha de frente: Trabalho pela vida e resistência dos povos originários e comunidades tradicionais”, como forma de dar visibilidade ao trabalho profissional com povos e comunidades tradicionais e indígenas, bem como à luta e resistência dessas populações.

Apesar de não se poder generalizar como panorama da discussão no Serviço Social, as atividades promovidas, nessa ocasião, pelo Conjunto CFESS-CRESS trazem um recorte relevante de como a questão indígena ressoa dentro da profissão. E, por terem as Campanhas em alusão ao Dia do/a Assistente Social uma disseminação expressiva dentro da categoria profissional, consideramos importante trazer aqui algumas reflexões.

Para isso, fizemos um breve levantamento das atividades promovidas pelos Conselhos Regionais, a fim de focar naquelas que discutiram especificamente a questão indígena. O objetivo do levantamento não foi realizar uma análise quantitativa dos eventos promovidos pelos Conselhos Regionais, mas possibilitar o delineamento das atividades para vislumbrar aquelas que abordaram o trabalho profissional com os povos indígenas, a luta e resistência dessa população.

Esse levantamento foi realizado no primeiro semestre de 2022 e concentrou-se nas atividades promovidas entre o dia 1º e 31 de maio de 2021 e extraiu informações da página criada pelo CFESS na *internet* especificamente para a Campanha, dos sítios eletrônicos dos Conselhos Regionais e das redes sociais desses (*Facebook, Instagram e Youtube*).

O levantamento não exprime a totalidade das atividades realizadas, pois, devido à diversidade de canais para a veiculação remota, a concentração de várias atividades em horários concorrentes, bem como a indisponibilidade de muitas outras

para acesso em dias e horários alternativos, inviabilizou o mapeamento quantitativo com fidelidade, mas se constituiu como parâmetro para reflexão.

Foram localizadas ações em comemoração do Dia do/a Assistente Social nos canais de comunicação de 24 dos 27 Conselhos Regionais, porém, sobre a temática proposta pelo Conjunto em apenas 14 regionais. No total, foram mapeadas 123 atividades entre *lives*, seminários, rodas de conversa, intervenções culturais e entrevistas. Dessas, 33 trouxeram como cerne da discussão o trabalho pela vida e resistência dos povos originários e comunidades tradicionais, dentre as quais 9 contaram com palestrantes indígenas, totalizando 10 representantes indígenas, porém, apenas, quatro deles são assistentes sociais (uma é docente e os/as demais atuam nas políticas sociais, no atendimento a usuários/as indígenas).

O número de assistentes sociais não indígenas trabalhadores/as com populações originárias e que ocuparam o lugar como palestrantes se sobressaiu com 15 participantes, quantitativo próximo ao de representantes da academia, lugar hegemônico de produção de conhecimento, com 20 palestrantes. Apenas uma das palestrantes indígenas integra também a academia, porém, considerando que o seu lugar de fala como mulher indígena é preponderante à sua fala como acadêmica, foi contabilizada entre os/as representantes indígenas. Esses números nos trazem algumas provocações: quem são as pessoas que falam sobre o tema? Quem fala, fala o quê? Quem atua com populações indígenas, atua sob qual perspectiva? Que “verdades” imprimem sobre essas populações e sobre o trabalho profissional quando ocupam os espaços de fala em atividades consideradas como referência para a categoria profissional?

Para explorar essas questões, nos detivemos nas atividades que contaram com a participação de assistentes sociais indígenas e aquelas com falas de profissionais não indígenas, mas que atuam com populações originárias. Das nove atividades com esse perfil, selecionamos 5 eventos de estados variados e que reuniram o maior quantitativo de palestrantes em uma mesma ação, totalizando 23 participantes falando de lugares distintos (docentes, trabalhadores/as, representantes de movimentos sociais e de outras comunidades tradicionais). Nem todas as falas partiam do contexto dos povos originários, mas necessariamente

dialogavam com ele.

Os/as indígenas que participaram como palestrantes demonstraram ser, antes de trabalhadores/as, estudantes ou pesquisadora, militantes que, inevitavelmente, carregam na sua representação a luta: histórica, cotidiana, ancestral. Mesmo quando agregam conhecimentos técnicos e científicos, a vivência do que é ser indígena em um país de matriz colonial se expressa mais do que por palavras. São falas cheias de força, pois, estão conectadas a todas as formas de vida, visíveis e invisíveis, e que mobilizam cosmologias, ancestralidades e vivências, articulam uma dimensão coletiva que é indissociável de quem fala, uma totalidade concreta que a academia não consegue alcançar por mais refinada que seja a análise conjuntural (KRENAK, 2019). São falas que se ancoram na crítica ao contexto político e econômico de ofensiva e destruição pelo capital, porque essa realidade atravessa e marca, inevitavelmente, o que é “ser indígena” no Brasil.

Os/as pesquisadores/as e docentes agregaram ao debate a fundamentação teórica, dados quantitativos e panoramas da questão indígena de modo mais genérico no contexto nacional e latino-americano, e articularam o Projeto Ético-Político do Serviço Social à necessidade de envolvimento dos/das assistentes sociais na luta dos povos originários e comunidades tradicionais. Aqueles pesquisadores que, por sua vez, integram também o movimento indigenistas e se somam, na arena política, à luta pela garantia dos direitos indígenas, apresentaram maior dialética entre a realidade concreta e as bases teóricas oferecidas pela academia e maior concretude na materialização do projeto profissional. Porém em suas falas não pulsa a dor histórica e a voz que ressoa o grito dos mais velhos, que vieram antes e que sedimentaram o caminho daqueles que ocuparam esses espaços mais do que como assistentes sociais e estudantes, como povo, como “pessoas coletivas” (KRENAK, 2019, P. 28). Isso não diminui a riqueza das contribuições da academia, mas não substitui aqueles que têm legitimidade para falarem por si.

A mesma análise crítica do contexto em que estão inseridos/as usuários/as indígenas e políticas sociais, contudo, não foi observada na discussão de muitos/as dos/as trabalhadores/as não indígenas que atuam com povos originários que, não

raro, justificaram o não acesso aos direitos sociais a dificuldades operacionais, como na utilização de sistemas informatizados, quando não, às particularidades dos/as usuários/as, tais como a língua e as diferenças culturais. Dificuldades essas que não deixam de impactar, sem dúvida, na efetividade da política social, mas que compõem um cenário maior de precarização da política pública, de omissão do Estado na atenção às populações indígenas e de negação da cidadania a esses povos.

Ademais, não podemos perder de vista que as políticas públicas que fazem parte de um aparato do estado burguês e que reproduzem as contradições próprias da sociedade capitalista/moderno/colonial, portanto, carregam em si aspectos que materializam a hierarquização racial da população usuária, muitas vezes pela simples negação do racismo. Ao observarmos atentamente os desenhos das políticas sociais, como nos alerta Costa (2021, p. 59), notaremos “o quanto sua formatação oculta e revela da reprodução do racismo como norma”, pois não visam mudar a ordem estabelecida por esse sistema e sim a sua manutenção, sobretudo quando operacionalizadas de forma acrítica e distante da participação social.

Nesse sentido, observou-se também que a intervenção profissional na operacionalização das políticas sociais é feita sem questionar o modo verticalizado como são postas às comunidades, trabalhando, o/a assistente social, em várias oportunidades, no sentido de adequar e disciplinar o/as usuário/a às regras institucionais e às normas consideradas corretas pela sociedade. Ações dessa natureza comumente foram caracterizadas como “socioeducativas”, assim como aquelas que tinham por objetivo trabalhar com a “conscientização” sobre problemáticas de maior incidências nessas comunidades, como uso abusivo de álcool e outras drogas e violência doméstica, particularizando a questão social e as estratégias de intervenção e ignorando que essas expressões são consequências do contexto de perda dos territórios e dos meios de subsistência, da negação da identidade e da violência, em todas as suas formas (inclusive através da política pública).

Também foi possível observar que, ao apresentarem o trabalho do Serviço Social nos espaços sócio-ocupacionais em que estão inseridos/as, a maioria dos

relatos se restringiu à descrição de fluxos institucionais com menção a muitas atribuições alheias às competências e atribuições profissionais, o que demonstrou falta de clareza entre os objetivos profissionais e os institucionais. Isso reflete, em certa medida, a precarização da formação profissional, o baixo comprometimento com uma formação continuada e a ausência de participação nos espaços de formação política, como aqueles proporcionados pelo Conjunto CFESS-CRESS.

A atuação profissional apartada do Projeto Ético-Político do Serviço Social foi observada também através da relação de tutela estabelecida por alguns/algumas assistentes sociais com os/as usuários/as indígenas (como por exemplo, no agendamento e acompanhamento dos/as usuários/as em atendimento diversos na rede de serviços) sob uma perspectiva de que é necessário o/a assistente social para proteger o/a usuário/a e falar por ele/ela diante da hostilidade da população não indígena. Apesar de compreendermos que as iniciativas são norteadas por uma ideia distorcida de cuidado, ponderamos o quanto elas são eficazes no combate ao racismo presente nos serviços da rede de atendimento e o quanto, na verdade, não representam e perpetuam relações raciais hierarquizadas. Da mesma forma, quando assistentes sociais argumentam que o objetivo da intervenção profissional, através de determinado programa social², é “levar o desenvolvimento para as aldeias”, não podemos deixar de questionar sobre qual perspectiva de desenvolvimento estamos falando?

Por outro lado, não foi identificado, na fala dos/as profissionais não indígenas que atuam como comunidades originárias, envolvimento do fazer profissional com os movimentos sociais com vistas ao fortalecimento das lutas coletivas, de democratização da participação dos/as usuários/as na gestão da coisa pública e de possibilitar espaços para a autonomia e para o protagonismo dos/as indígenas na construção cotidiana da política social. Perspectiva essa que dá materialidade ao Projeto Ético-Político ao mobilizar os espaços e as demandas coletivas no sentido da educação e do protagonismo político para possibilitar aos sujeitos a construção da própria história e da mudança social.

²Preferimos não identificar o programa social em que atuam os/as profissionais como forma de preservar os/as palestrantes autores/as das falas, mas cabe mencionar que se trata de programa instituído em âmbito nacional com foco na infância.

O fato de 15 assistentes sociais não indígenas trabalhadores das políticas sociais que atendem as populações originárias e que participaram das atividades para expor o fazer profissional ser expressivamente maior que 4 assistentes sociais indígenas nos aponta outros elementos que precisam ser questionados e explorados: quem são e quantos são os/as assistentes sociais indígenas no Brasil? Como tem se dado a inserção desses profissionais nos espaços sócio-ocupacionais, sobretudo naqueles voltados à atenção às suas comunidades? Por que poucos ocupam os espaços de fala, do fazer profissional e da produção de conhecimentos no Serviço Social?

Não pode passar despercebido o fato de não terem sido localizadas atividades com a discussão da questão indígena em 10 Conselhos Regionais e, de modo geral, o quantitativo de 33 atividades que abordaram a temática é bastante inferior ao de eventos com outros assuntos, que totalizaram 90 atividades, e trouxeram para o debate questões como supervisão de estágio, condições éticas e técnicas, produção de material técnico, que não deixam de ter relevância para a profissão, mas que relegam a temática de trabalho profissional com povos indígenas e comunidades tradicionais a um tema periférico, quando esse era um momento privilegiado de protagonismo no cenário da profissão. Essa marginalização do debate não é por um acaso e nem consequência apenas do vácuo histórico da discussão da questão indígena no Serviço Social, ela é expressão de reprodução de uma estrutura que foi erguida sobre bases coloniais, isto é, da colonialidade do poder, profundamente imbricada na história do Serviço Social.

IV CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ampliar a compreensão da questão social inserindo a questão indígena no seu âmago e aprimorar a intervenção com os conhecimentos das especificidades dos povos e comunidade que atendemos é fundamental para uma atuação com

qualidade. Contudo, a ausência de debate específico na formação não pode desviar o projeto Ético-Político do cerne do cotidiano profissional. Por mais defasada que seja a formação do Serviço Social sobre a questão indígena — que sucede uma deficiência na educação escolarizada, de modo geral — a profissão tem uma formação generalista e os povos originários são atingidos, de forma muito violenta, pelo capitalismo e pela colonialidade do poder. Essa leitura crítica da realidade tem que nortear a intervenção profissional, para além da compreensão das especificidades do trabalho com povos originários. Ademais, o compromisso com a formação permanente e com o aperfeiçoamento intelectual está na base do projeto profissional com vistas à qualidade do serviço prestado pela categoria, e deve ser perseguido (NETTO, 1999).

Ficou evidente que a falta de proximidade do Conjunto com a discussão da questão indígena fragilizou a escolha de alguns/algumas representantes para a fala e manteve na invisibilidade assistentes sociais indígenas e/ou militantes junto a esses povos. O que nos traz outra provocação para estudos subsequentes: como está a permeabilidade das entidades representativas da profissão aos/às assistentes sociais, estudantes e pesquisadores/as indígenas?

Os/as assistentes sociais indígenas têm que ocupar esses lugares, mais do que como militantes dos movimentos sociais, mas como representantes da academia e trabalhadores/as das políticas sociais, porque agregam elementos que só o lugar de fala possibilita. A ocupação desse espaço é fundamental para a descolonização da atuação profissional, das políticas sociais e da produção de conhecimentos e imprescindível para o questionamento da estrutura impermeável à organização e aos conhecimentos indígenas.

“A compreensão do racismo como elemento fundante das práticas colonizadoras sobre as populações indígenas contribui no enfrentamento à atual conjuntura e na construção da autonomia e efetivação dos direitos sociais dessas populações” (GOLÇALVES, 2019, p. 59). Reconhecer a existência da colonialidade do poder em nossa sociedade e dentro da profissão é o primeiro passo para questionar a sua reprodução e desejar que as especificidades indígenas agreguem ao Serviço Social, com isso, permitir transformar bases ainda enrijecidas pelo

conservadorismo na profissão para dar concretude ao Projeto Ético-Político.

É importante reconhecer, entretanto, que o recorte trazido aqui não reflete a totalidade da realidade de discussão do tema no Serviço Social no Brasil. Há, na profissão, um movimento que começou miúdo, mas que ganha força a cada dia através da reivindicação de estudantes e assistentes sociais indígenas para ocuparem seus lugares de fala dentro da produção e do trabalho profissional. Esse movimento tem trazido provocações, ainda que tímidas, sobre a necessidade de incrementar o debate da questão indígena no Serviço Social, da produção de materiais norteadores para a atuação com populações originárias e do mapeamento desses profissionais, para que possamos enxergar o rosto indígena do Serviço Social e avançar na descolonização da profissão, na qualificação da intervenção e no combate ao racismo.

Se o fortalecimento do movimento indígena e a ocupação dos espaços hegemônicos de poder por eles são sinais da crise da colonialidade do poder, cabe ao Serviço Social e ao Conjunto da profissão ampliar as brechas para a erupção dessa transformação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. **Campanha em Alusão ao Dia do/a Assistente Social 2021**. CFESS, 2021. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/DiaAS2021/>. Acesso em: fev. 2022.

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. **Dia do/a Assistente Social**. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/dia-doa-assistente-social>. Acesso em: 10 de mai. 2022.

COSTA, G. Política Social, Serviço Social e Eugenia: reflexões para o século XXI. In: EURICO, M. (et al. Orgs). **Coletânea Questão Racial, Serviço Social e os desafios contemporâneos**. São Paulo: Papel Social, 2021.

EURICO, M. C. A percepção do assistente social acerca do racismo institucional. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 114, p. 290-310, abr./jun. 2013.

GARFIELD, S.; COLLEGE, B. As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-Nação na era Vargas. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 20,

n. 39, p. 15-24, 2000.

GONÇALVES, B. A Colonialidade do Poder: raça e controle do trabalho na formação histórica das populações indígenas do Brasil. **Revista Emancipa: o cotidiano em debate**. São Paulo, nº 4, p. 48 – 6, mai. 2019.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo, Companhia das Letras, 2019.

QUIJANO, A. 2005. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, E (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 117-142.

QUIJANO, A. ¡Qué tal raza! *In*: SEPTIEN, R. C.; BIDASECA, K. A. **Más allá del decenio de los pueblos afrodescendientes**. Buenos Aires: CLACSO, 2017, p. 17-26.

MALDONATO-TORRES, N. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. *In*: CASTRO-GÓMEZ; G. **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007, p. 127-167.

NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político contemporâneo. **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

SCHEFFER, G.; ZACARIAS, I. R.; MIZOGUCHI, J. F. **A influência do higienismo na formação dos assistentes sociais gaúchos (1945-1954)**. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL, 3º., 2019, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/202649/Scheffer_A%20infl%C3%Aancia%20do%20higienismo%20na%20forma%C3%A7%C3%A3o%20dos%20assistentes%20sociais%20ga%C3%BAchos%20%281945-1954%29.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 15 ago. 2022.

SILVA, E. C. Povos indígenas e o direito à terra na realidade brasileira. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 133, p. 480-500, set./dez. 2018.